

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Mileide Regina da Silva Santos¹

Gizzele de Freitas Braga²

RESUMO

Esse artigo analisa a obrigatoriedade da educação, destacando o debate sobre os desafios da Educação Especial e Inclusiva, em especial no aspecto de incluir a todos em instituições de ensino regulares. O artigo 208 da Constituição Federal que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, o grande desafio nesse sentido é garantir a aprendizagem dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, preocupando com o desenvolvimento tanto cognitivo, físico e emocional no sistema regular de ensino.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Metodologias. Desafios. Direitos. Formação docente.

1. INTRODUÇÃO

A Educação é um direito assegurado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 como direito social, sendo dever do estado e da família. A Lei nº 9.394/96 estabelece as Diretrizes e Bases para Educação Nacional, onde a educação abrange todos os processos formativos desenvolvidos na vida familiar, no convívio humano, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996). Sendo direito de todos, a educação deve ser assegurada para o educando com necessidades especiais. O debate sobre a Educação Especial e Inclusiva no Brasil, em especial no aspecto de incluir a todos em instituições de ensino regulares (ou seja, as que misturam alunos com e sem deficiência), tem sido

¹ Rede de Ensino Doctum- Unidade João Monlevade. Contato: milaregina16@hotmail.com

² Rede de Ensino Doctum- Unidade João Monlevade. Contato: gizellemfb@hotmail.com

intenso nos últimos anos. O artigo 208 da Constituição Federal, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. A educação é indispensável para crianças, jovem e adulto com necessidades especiais, pois, todo indivíduo tem o direito de aprender como estabelecido nas legislações, sendo indispensável que os profissionais da educação estabeleçam estratégias e abordem metodologias diferenciadas para ensinar esses educandos de forma integrada. É considerada escola inclusiva aquela que abre espaço para todas as crianças, abrangendo, portanto, aquelas que apresentam necessidades especiais. Inspirada nos princípios da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que proclamou, dentre outros princípios, o direito de todos à educação, independente das diferenças individuais. Notou-se que grande desafio nesse sentido é garantir a aprendizagem dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, desenvolvimento tanto cognitivo, físico e emocional no sistema regular de ensino. Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo principal aprimorar os debates sobre a educação inclusiva, e uma reflexão acerca dos desafios e possibilidades de inserção do aluno com necessidades especiais no ensino regular especificamente investigar a formação e preparo dos professores das escolas de ensino regular e analisar os parâmetros e diretrizes nacionais para a educação inclusiva diante desses desafios, ou seja, apresentar as principais dificuldades encontradas para efetivação da educação inclusiva de forma eficiente.

É visível que a educação inclusiva no Brasil, ainda não se encontra totalmente preparada para receber os educandos com necessidades especiais. Além da estrutura física, nem sempre esses alunos encontram nas escolas, as devidas condições de aprendizagem, o que é comum são os arranjos educacionais, que não garantem atendimento especializado. Os resultados em relação a essa pesquisa foram feitos embasados na análise de artigos, e desses, foram obtidos algumas informações acerca dos desafios da prática pedagógica, da educação inclusiva.

Para esta pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica para coleta de dados,

consistindo-se no levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que direcionou este trabalho científico. Foi necessária dedicação, estudo e análise e foram abordados conteúdos e informações através da leitura de artigos, usando a internet como principal ferramenta, bem como a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), a fim de evidenciar os direitos que o aluno especial possui quando é incluso.

2. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Uma educação inclusiva integra os alunos com necessidades especiais, em escolas regulares, por meio de uma abordagem humanística. Essa visão entende que cada aluno tem suas particularidades e que elas devem ser consideradas como diversidade e não como problema. Até o início do século XXI, o sistema educacional brasileiro abrigava dois tipos de serviços o de escola regular ou escola especializada e o aluno freqüentava ou uma, ou outra. Nas últimas décadas essa realidade vem mudando, onde as escolas regulares atendem a todos os alunos, independente de sua necessidade. É aí que entra a nossa abordagem. Notou-se que grande desafio nesse sentido é garantir a aprendizagem dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, desenvolvimento tanto cognitivo, físico e emocional no sistema regular de ensino. A educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. A Educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade. Entretanto para se obter esse pleno desenvolvimento dos educandos com necessidades educacionais especiais, exige uma atitude educativa específica do sistema de ensino, a utilização de recursos e apoio especializado para o desenvolvimento pleno de todos os alunos.

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. (CARVALHO, 2005).

No Brasil, a regulamentação mais recente que norteia a organização do

sistema educacional é o Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020). Esse documento, entre outras metas e propostas inclusivas, estabelece a nova função da Educação especial como modalidade de ensino que perpassa todos os segmentos da escolarização (da Educação Infantil ao ensino superior); realiza o atendimento educacional especializado (AEE); disponibiliza os serviços e recursos próprios do AEE e orienta os alunos e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular, não basta que a escola receba a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais, é preciso que ofereça condições para a operacionalização do projeto pedagógico inclusivo que é uma espécie de mapa, que serve para guiar a instituição a crescer e melhorar sua qualidade de ensino. Assim, o Projeto Político Pedagógico deve levar em consideração o contexto em que a escola está inserida e fatores específicos da comunidade escolar. A inclusão deve garantir a todas as crianças e jovens o acesso à aprendizagem por meio de todas as possibilidades de desenvolvimento que a escolarização oferece. Outro ponto importante é a formação especializada dos professores para a inclusão. Esse recente sistema de ensino exige professores preparados, de modo que possam atender a todos. O saber está sendo construído à medida que as experiências vão acumulando-se e as práticas anteriores vão sendo transformadas. Por isso, a formação continuada tem um papel fundamental na prática profissional. Apesar de ainda termos um longo caminho pela frente, no que diz respeito a implementação de políticas públicas inclusivas no âmbito da Educação Especial, o Brasil possui avanços significativos na promoção da inclusão ao longo das últimas décadas, o número de matrículas de alunos com necessidades especiais em salas de aula regulares vem crescendo significativamente, como mostra o gráfico abaixo:

**IMAGEM 01 - EVOLUÇÃO DE POLÍTICA DE INCLUSÃO NAS CLASSES
COMUNS DO ENSINO REGULAR**



Fonte: (Anexo no site do Ministério da Educação, disponível no portal do MEC)

Esse crescimento é reflexo da política implementada pelo Ministério da Educação, que inclui programas de implantação de salas de recursos multifuncionais, de adequação de prédios escolares para a acessibilidade, de formação continuada de professores da educação especial.

Apesar desse grande avanço no sistema de ensino brasileiro, as dificuldades enfrentadas são muitas, principalmente na educação pública. Falta de recursos, desvalorizações da mão de obra, condições precárias das instalações da instituição, são alguns dos fatores que dificultam o processo além de causar desmotivação no aluno e sua família. Este cenário é bem comum nas escolas da rede pública brasileira e diante disso, pensar na educação inclusiva torna-se algo necessário, pois para que alunos diferenciados necessitam de recursos diferenciados. Parece fácil incluir, mas não é, estamos falando de interação, de participação de recursos que permita que cada aluno com alguma necessidade se sinta igual ao realizar com êxito uma tarefa na sala de aula, porém nem toda escola possui uma realidade que permita o pleno desenvolvimento de inclusão, muitas das vezes o financeiro não sendo compatível e até mesmo da falta de conexão entre a parceria escola-família. Cada escola vive uma realidade específica que vai afetar todas as ações executadas pela instituição. Segundo Silva (2014), essa dificuldade justifica-se porque a educação inclusiva deve fazer parte do projeto político pedagógico que tem início na secretaria de educação e que valoriza todos que fazem parte do contexto escolar, inclusive o professor, este principalmente porque é quem atua diretamente com eles buscando integra-los e ensina-los, sendo fundamental que a equipe

gestora da escola tenha plena consciência das questões legais, fazendo valer os direitos de cada aluno. Cada escola brasileira apresenta dificuldades no processo de inclusão, valendo ressaltar o debate “A escola irá deixar de receber alunos com necessidades especiais?” Jamais, está em lei, este foi um direito conquistado, mas não há garantia de um processo educativo com eficácia garantida. Apesar dos desafios, para 86% dos brasileiros as escolas se tornam melhores com a educação inclusiva, segundo pesquisa sobre o tema, feita pelo Instituto Alana com o Datafolha, em 2019.

Além de promover uma transformação na cultura do ensino, esse tipo de educação também reflete em adaptações promovidas na gestão escolar, políticas públicas, revisões de estratégias pedagógicas, treinamento e capacitação de professores e muitos outros aspectos. Conclui-se que para realmente preparar uma instituição de ensino é necessário ambientes com acessibilidade, salas multifuncionais, salas de apoio, equipe multidisciplinar, recursos e tecnologias especializadas disponíveis, adaptação e flexibilização curricular que promova melhoria na aprendizagem, processo de aprendizagem e conhecimentos que vão além do conteúdo, sendo também o professor fundamental, sendo o mediador entre os estudantes e seu aprendizado, cabe a eles entender as necessidades de cada aluno e desenvolver um plano de ação personalizado para eles. A família também é uma peça essencial na inclusão desses estudantes, como citado anteriormente, a conexão escola família é de extrema importância, para a concretização do processo inclusivo.

Durante o período de estágio supervisionado em Ciclo de alfabetização percebeu-se o quão importante se faz a inclusão, apesar das incluírem crianças com necessidades especiais nas salas regulares de ensino, a realidade ainda encontrada em muitas instituições ainda é precária. O estágio foi realizado em uma turma do segundo ano, da professora Solange, na Escola Municipal Cônego João Pio. Na referida turma, possui uma aluna que necessita de atendimento especializado (TEA — Transtorno do Espectro Autista), ela é acompanhada por uma professora que dá a ela todo apoio necessário, preparando atividades que atendem as suas necessidades. A inclusão do autismo em sala de aula requer adaptações e estratégias diferenciadas, mas é muito positiva para todos, professores e alunos, a inclusão indo muito além do ensino dos conteúdos

propostos, mas o processo de interação dessa aluna sendo positivo a todos da sala de aula e da comunidade escolar. Não é só sobre o que determina a lei, e sim fazer que o indivíduo sintá-se de fato inserido naquele meio.

Os desafios da educação inclusiva no Brasil ainda são muitos, é preciso conhecê-los para combatê-los. Afinal, já se sabe que os estudantes que necessitam de atendimentos especiais só se desenvolvem por completo quando estão em contato com outros grupos, sendo a diversidade promotora de um ensino-aprendizagem pleno. Infelizmente, a ideia de educação inclusiva fica, muitas vezes, presa a uma teoria muito idealizada e sua prática comprometida. Um dos principais desafios que a educação inclusiva no Brasil encontra para ser implantada é a despreparação da comunidade escolar para lidar com a inclusão. Isso acontece porque não possuímos uma educação voltada à inclusão, outro desafio bastante latente em nosso país, quando o assunto é a aplicação de uma educação inclusiva nas escolas é a falta de estrutura. Infelizmente também, o preconceito ainda é um dos maiores desafios, outro aspecto pertinente na promoção da educação inclusiva no Brasil é o déficit de profissionais especializados em educação inclusiva em nosso país, e os que existem, geralmente, são sobrecarregados com funções que não são suas. Diante do exposto, percebeu-se que só conhecer os desafios da educação inclusiva no Brasil, não é suficiente, é necessário também conhecer maneiras de contorná-los e assim incluir alunos em instituições regulares de forma plena, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem dentro da sala de aula, capacitando os educadores, focando nas competências e não nas dificuldades dos estudantes.

3. METODOLOGIA

Para os procedimentos de coleta dos dados utilizamos a pesquisa bibliográfica, a revisão de obras publicadas sobre a teoria que direcionou o trabalho científico. Foi necessária análise de informações através da leitura de artigos, usando a internet como principal ferramenta, bem como a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB). Além disso, realizamos a leitura das leis que asseguram a inclusão e de alguns teóricos que frisam a importância da inclusão e do preparo necessária tanto para a instituição como para a docente que

irá acompanhar a criança com necessidades especiais. Com o propósito de compreender aspectos referentes ao tema trabalhado, utilizou-se como procedimento metodológico o analítico-descritivo e como técnica a pesquisa bibliográfica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante esse projeto de pesquisa, percebemos o quão importante se faz a inclusão, apesar das incluírem alunos com necessidades especiais nas salas regular de ensino, a realidade ainda encontrada em muitas instituições ainda é precária. Não é só sobre o que determina a lei, e sim fazer que o individuo sinta-se de fato inserido naquele meio.

A Educação inclusiva é um desafio porque as escolas não foram pensadas para atender as diferenças, a sociedade e a escola precisam produzir espaços reflexivos e de estratégia de trabalho para lançar um novo olhar para as praticas educativas. A formação pedagógica dos professores deve está pautada numa pedagogia da diferença devendo considerar os seguintes critérios: os saberes; as competências; e as atitudes.

Conclui-se no âmbito desta pesquisa que mesmo com a implantação de diversas políticas públicas referentes ao tema em questão, a Educação Inclusiva de modo geral ainda é um desafio tanto para gestores públicos quanto para os demais atores do processo de escolarização, para o pleno desenvolvimento da inclusão. Incluir vai muito além da aceitação de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino, muito além de cumpri o que dita as leis, trata-se de fazer que o individuo sinta-se de fato inserido naquele meio, desenvolvendo amplamente nos aspectos cognitivos, físicos e emocionais.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pretensão deste artigo consiste em abordar um tema que está atualmente em destaque, mostrando a importância de se fazer uma melhor análise das atuais políticas educacionais que contemplem as pessoas com necessidades educativas especiais, de maneira que não haja somente integrações, mas que de fato ocorra a

inclusão. Para que de fato a Educação Inclusiva deixe de ser um desafio nos dias atuais, torna-se importante fazer uma melhor análise das atuais políticas educacionais que contemplem as pessoas com necessidades educativas especiais, além de proporcionar aos docentes uma formação/preparação para a prática da educação Inclusiva.

Portanto, conclui-se que para que uma escola seja considerada inclusiva é necessário principalmente, por meio da aceitação, compreensão e atenção às diferenças e à diversidade dos alunos. Cabe à escola atuar sob a premissa de que os alunos com deficiências são tão competentes quanto os estudantes sem deficiências. Portanto, todos podem ser participantes completos em suas salas de aula. Dessa forma, é necessário urgente que os sistemas de ensino, se organizem para desenvolver uma pedagogia focada no aluno, onde os profissionais especializados estejam alinhados em busca de estratégias e soluções pedagógicas para receber os alunos com necessidade educacionais especiais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**, 1988. _____. Lei no. 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Ministério da Educação**. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 02/11/2023.

_____. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Política de Educação inclusiva**. Disponível em < portal.mec.gov.br > Acesso em 03/11/2023

ALONSO, Daniela. **Os desafios da educação inclusiva, foco nas redes de apoio**, 2013, disponível em <novaescola.org.br>, acesso em outubro/2023

DINIZ, Yasmine. **Os desafios da educação inclusiva no Brasil**, 2020, disponível em < educacao.imagine.com.br>, acesso, Outubro/2023